

## Concentração aumenta, e 5% mais ricos já detêm 40% da renda nacional

Estudo mostra que o 0,01% mais rico, o equivalente a 15 mil pessoas, teve aumento de 96% nos rendimentos em 5 anos

CASSIA ALMEIDA  
cassia@globo.com.br

A concentração de renda no Brasil aumentou, de acordo com levantamento feito pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), com base nos dados do Imposto de Renda (IR). O estudo, antecipado pelo jornal Folha de S. Paulo, mostra que os 5% mais ricos detinham 39,9% da renda nacional em 2022, acima dos 36,5% de 2017. No momento em que o governo precisa apresentar a reforma dos impostos sobre a renda, esses dados indicam que os mais ricos pagam uma alíquota bem menor do que a classe média.

“Enquanto a maioria da população adulta teve o crescimento nominal médio de 33% em sua renda no período

de cinco anos, marcado pela pandemia, a variação registrada pelos mais ricos foi de 51%, 67% e 87% nos estratos mais seletos (entre 5%, 1% e 0,1% mais ricos). Entre os 15 mil milionários que compõem o 0,01% mais rico, o crescimento foi ainda maior: 96%”, diz o estudo.

A Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda divulgou no fim do ano passado as alíquotas pagas pelos que declaram IR. Como a maior parte dos rendimentos dos mais ricos é de lucros e dividendos, que são isentos na pessoa física, a alíquota efetiva, aquela cobrada sobre os rendimentos totais, descontadas as deduções, começa a cair quando chega aos 7% mais ricos.

— A isenção para lucros e

dividendos na pessoa física e os ganhos de tributação exclusiva estão concentrados no topo, o que reforça um padrão de desigualdade. Tributamos menos o topo e mais o meio da distribuição. Isso viola o princípio da tributação direta, que é quem mais ganha deveria contribuir mais. O IPI mais rico pagou em 2022 o mesmo que os 40% (entre os declarantes do Imposto de Renda) — afirma Debora Freire, subsecretária de Política Fiscal.

### EM ALCANÇAR O TOPO

Segundo o estudo do economista Sérgio Gobetti, da FGV, para estar entre o 0,1% mais rico “é necessário ter uma renda de pelo menos R\$ 140 mil mensais. Já para pertencer ao 1% mais rico, basta ter renda superior a



Pobreza e falta de saneamento. A concentração de renda e a desigualdade no Brasil aumentaram entre 2017 e 2022

R\$ 30 mil. E a porta de entrada para os 5% mais ricos são R\$ 10 mil mensais, o que inclui na prática grande parte da nossa classe média”.

Debora explica que essas distorções na tributação da renda vêm sendo discutidas desde 2015, quando a Receita Federal começou a divulgar esses números.

— É um objetivo do governo reduzir as distorções — afirma a subsecretária.

Para Pedro Herculanio Ferreira, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que remonta a

série histórica da desigualdade de renda no século XX, considerando os dados do IR, os números mostram que a desigualdade diminuiu, mas não alcançou o topo, que continua aumentando sua participação na renda nacional.

— Os mais pobres se aproximaram do meio da distribuição, comprimindo a metade de baixo. Esses números são um balde de água fria. Não existe país comparável com o Brasil que esteja tendo sucesso nisso (alcançar o topo na redução da desigualdade).

Rodrigo Otair, diretor da Se-

cretaria Extraordinária da Reforma Tributária, diz que qualquer alteração na tributação dos mais ricos tem que estar atrelada a uma mudança também no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.

— Há um diagnóstico de que a renda do capital é menos tributada do que a renda do trabalho, mas é preciso ter algumas cautelas em relação aos números. Eles não captam a tributação do lucro da empresa. Tem que analisar vendo a integração da empresa com a pessoa física, mas a abordagem mais sistêmica.

## Inovação é principal trava para crescimento do país

Relatório do Fórum Econômico Mundial mostra o Brasil atrás da média global em três dos quatro indicadores avaliados

JULIANA CASIMIR  
juliana.casimir@globo.com.br

A inovação — a capacidade de absorver e se adaptar a avanços tecnológicos, sociais e institucionais — é a principal trava do Brasil para garantir crescimento econômico significativo no longo prazo, avalia o Fórum Econômico Mundial. A conclusão faz parte do relatório “The Future of Growth Framework” (Panorama para o Futuro do Crescimento), que teve a primeira edição divulgada ontem, em Davos.

O objetivo é ser uma alternativa mais abrangente para mensurar o crescimento econômico. A premissa é a de que o Produto Interno Bruto (PIB) é insuficiente para avaliar a qualidade e a sustentabilidade do crescimento econômico.

O estudo leva em conta o PIB per capita e indicadores em inclusão, sustentabilidade, resiliência e inovação. Ao todo, 107 países foram avaliados.

Inclusão, ou seja, o quanto uma economia gera de oportunidades equitativas, e resiliência, que mede até que pon-

to as economias resistem a choques externos, foram os indicadores que tiveram as médias globais mais altas — 55,9 e 52,8, respectivamente, em uma escala de 0 a 100. Sustentabilidade (capacidade de uma economia manter estratégia ecológica) e inovação tiveram os piores resultados gerais, com 46,8 e 45,2.

O Brasil aparece abaixo da média em três dos quatro indicadores, com destaque para inovação (41,8). Pesaram o desempenho na produção de patentes; regis-

tro de marcas; exportação de serviços avançados; e capital em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

No geral, o país aparece com resultado mediano e insuficiente para garantir o crescimento econômico robusto no futuro, diz Hugo Tadeu, professor e diretor do Núcleo de Inovação e Empreendedorismo da Fundação Dom Cabral (FDC) e um dos responsáveis pela avaliação do Brasil.

— É preciso discutir um plano estratégico de inovação, listando o que um Estado in-

ovadores, mais eles podem alcançar padrões de vida mais elevados”, diz o documento.

O Brasil fica atrás da média em inclusão (55,3), com destaque negativo para a alta concentração de renda, e em resiliência (55,9), que inclui a nota zero na polarização política. A pontuação mais alta é em sustentabilidade (56), puxado por energia renovável, política para combustíveis fósseis e nível de recursos hídricos.

O estudo agrupou os países em blocos. O Brasil está no grupo F, de economias que constroem “inovação, inclusão e resiliência em parâmetros baixos, com impacto ambiental comparativamente baixo”. Junto com Benin, Costa do Marfim, Gâmbia, Índia, Jordânia e Quênia.

Entre os países que lideram o resultado em inovação estão Suíça (80,3), Cingapura (76,4), Suécia (74,9), Dinamarca (73,4) e EUA (74,0). Em comum, países que tiveram bom resultado no indicador têm PIB per capita mais alto.

“Quanto mais os países aumentam sua capacidade de adotar e produzir novas tecnologias e modelos de negócios

## TCU: déficit pode ir a R\$ 55,3 bi em 2024

Para órgão, Orçamento deste ano aprovado pelo Congresso indica que receitas estão superestimadas

ALVARO GIBRELL  
alvaro.gibrell@globo.com.br

O Tribunal de Contas da União (TCU) divulgou relatório ontem com um alerta sobre o Orçamento

de 2024 enviado pelo Executivo e aprovado pelo Congresso Nacional — que ainda depende da sanção do presidente Lula. Técnicos do tribunal veem fortes indícios de que as receitas

previstas para este ano estão superestimadas, com possibilidade de déficit de até R\$ 55,3 bilhões. A meta prevista pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, é de déficit zero.

“A equipe constatou que a estimativa da Receita Primária Federal Líquida, em 19,2% do PIB, é muito acima do que foi observado nos anos recentes, indicando estar superestimada. Isso indica a possibilidade de se ter déficit primário de até R\$ 55,3 bilhões e de descumprimento da meta de resultado fiscal proposta no Projeto de LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) para 2024”, diz trecho do relatório.

Além disso, o Tribunal afirma que os R\$ 12,5 bilhões de cortes de despesas previstas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) não são factíveis.

“O trabalho também verificou ausência de viabilidade, razoabilidade e factibilidade do valor estimado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (R\$ 12,5 bilhões) em economia de despesas. As informações do PLO 2024 (projeto de Lei Orçamentária) não consi-



Imóvel. Para o TCU, R\$ 12,5 bilhões de cortes no INSS não são factíveis

nam de forma expressa a metodologia e os critérios para adoção de medidas administrativas relacionadas à revisão e a novas concessões de benefícios, o que, para o Tribunal, gera incerteza do corte desses gastos”, afirma o TCU.

### PREOCUPAÇÃO COM DÍVIDA

Os juros reais elevados no país, acima de 6%, são outro problema, segundo o TCU. Isso fará com que o déficit nominal (que coloca nas contas as despesas com juros) do governo permaneça elevado, o que coloca em risco a sustentabilidade da dívida pública

nos próximos dez anos.

“O TCU constatou que, com as atuais taxas reais de juros acima de 6% ao ano, a sustentabilidade da dívida líquida do setor público parece não ser alcançável nos próximos dez anos caso se tenham receitas primárias líquidas em 18,2% do PIB, mesmo percentual observado em 2022, e despesas primárias crescendo a 70% do crescimento do PIB”, afirma o texto.

O relatório faz parte de um processo aberto para examinar a consistência fiscal das estimativas de receitas do governo em 2024.

Miriam Leitão está de férias. A coluna estará de volta em 11 de fevereiro

**CENTRAIS HIDRELÉTRICAS GRAPON LTDA**  
OBJETIVO DA RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO — POR VIAN RIBEIRO I

A CENTRAIS HIDRELÉTRICAS GRAPON LTDA temo pública que obtém do Conselho Estadual de Política Ambiental — COPAM, por meio do Processo Administrativo nº 00448/1988/096/2012, a renovação da Licença de Operação da PCH Vian Ribeiro I, para a atividade E-02-01-1. Barragem de geração de energia hidrelétrica, localizada nos municípios de Estância e Descoberto, estado de Minas Gerais, válida por 10 (dez) anos.

**SO NO CLASSIFICADOS DO RIO O PACOTE É GLOBAL: TEXA VIEIRA, TABLET, CELULAR E ATÉ JORNAL.**

Atividade 02-01-01-1: Geração de energia hidrelétrica, para a atividade E-02-01-1. Barragem de geração de energia hidrelétrica, localizada nos municípios de Estância e Descoberto, estado de Minas Gerais, válida por 10 (dez) anos.

**Leilão**

**FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA**

LEILÃO Nº 0001/2023-20 - FPM - POLO FACAEMBU

A FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA, situada na Avenida Belvedere nº 365, Jardim Paulista, São Paulo/SP, torna pública a abertura do edital de LEILÃO, objetivando o ALUGUEL DE IMÓVEL, em lote único, do antigo Instituto Sampaio Viana da Fafem, localizada no Rua Angélica, nº 756, em São Paulo denominada “POLO FACAEMBU”, cujos detalhes estão disponíveis no site da FFM (www.fafem.br), e que será regido pelo seu Regulamento de Competição.

A visita técnica ocorrerá até 06/02/2024, nos termos do Edital.